

**EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 927, DE 22 DE MARÇO DE 2020.**

(Do Senhor Deputado José Ricardo)

Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.



**EMENDA MODIFICATIVA**

Modifica a redação do caput do artigo 14 e respectivo § 2º, da Medida Provisória nº 927/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. Durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º, ficam autorizadas a interrupção das atividades pelo empregador e a constituição de regime especial de compensação de jornada, por meio de banco de horas, em favor do empregador ou do empregado, estabelecido por meio de acordo coletivo, para a compensação no prazo de até dezoito meses, contado da data de encerramento do estado de calamidade pública.

.....  
§ 2º A compensação do saldo de horas somente poderá ser determinada pelo empregador caso esteja de acordo com a convenção coletiva da categoria ou acordo coletivo.

**JUSTIFICAÇÃO**

O estado de calamidade reconhecido pelo Decreto pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 não elimina o Estado Constitucional e os direitos e as garantias fundamentais, erigidas como cláusulas pétreas (art. 60, § 4º, IV CF/1988). Pelo contrário deve reafirmá-los em razão da necessidade vital humana do momento.

Assim, uma legislação infraconstitucional, mesmo no momento de calamidade pública como o que vivemos, deve resguardar, por primeiro, a dignidade humana (art. 1º, III, CF/1988) dos cidadãos e cidadãs brasileiras, pois a centralidade do ser humano no Estado Democrático de Direito não admite *a sobrevalência do resguardo da atividade econômica a qualquer à custa do sacrifício humano*, pois é também a Constituição que vincula a

atividade econômica à garantia de *existência digna para todos, conforme os ditames da justiça social* (art. 170 CR/1988).

Sobrepondo em praticamente todo seu texto os interesses econômicos à pessoa humana, a medida provisória nº 927/2020 incorre em inconstitucionalidade material.

No tocante ao direito fundamental social ao trabalho (art. 6º CF/1988) em quase todo seu texto objetiva incessantemente afastar o *reconhecimento das convenções e acordos coletivos* (art. 7º, XXVI CF/1988) e a presença das entidades de classe (art. 8º, III CF/1988), o que não é permitido no Estado constitucional, ao qual o estado de calamidade é vinculado.

Permitir a vigência dessas aberrações constitucionais corresponde deixar o trabalhador (pessoa humana) em total insegurança, suscetível tanto ao coronavírus que mata quanto às condições de trabalho desumanizadas que o matam igualmente.

Nesse sentido não se admite que a compensação de jornada, por meio de banco de horas seja celebrada por acordo individual entre trabalhador x empregador, pois nessa relação o primeiro não tem nenhuma possibilidade de negociar com o segundo. Igualmente inaceitável que a compensação do saldo de horas - que ocorrerá pós-pandemia - seja determinada exclusivamente pelo empregador sem respeito à convenção coletiva ou acordo coletivo da categoria.

Nesse raciocínio, e de acordo com os fundamentos constitucionais, a compensação de jornada, por meio de banco de horas deve ser estabelecida por meio de acordo coletivo e a compensação do banco de horas deve respeitar a convenção coletiva ou acordo coletivo da categoria.

Com as devidas justificativas e fundamentos, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposta.

Sala da Comissão, em 26 de março de 2020.

**JOSÉ RICARDO**  
Deputado Federal PT/AM

